

PROVA PARA INGRESSO NO ESTÁGIO DA DEFENSORIA PÚBLICA

BANCA: DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL

Questões objetivas:

- 1) Gabriel e Nicole foram casados por 19 anos, tendo morado juntos em Casimiro de Abreu, Silva Jardim e, depois, se mudado para Araruama, já que seu filho, Cleyton, ao completar 18 anos, ingressou na faculdade. Em razão de alguns desentendimentos, o casal resolveu se afastar, e Nicole foi morar, com Cleyton, em Cabo Frio. Nesse caso, a competência para a ação de divórcio seria:
 - a) Casimiro de Abreu;
 - b) Cabo Frio;
 - c) Araruama;
 - d) Silva Jardim.

- 2) São espécies de citação real e ficta, respectivamente:
 - a) Postal e por oficial de justiça;
 - b) Por oficial de justiça e postal;
 - c) Por hora certa e por edital;
 - d) Postal e por hora certa.

- 3) Franklyn, saindo de casa para ir ao cinema ver o novo filme do Batman (Batman Returns 7), estando atrasado, acaba atropelando seu vizinho e desafeto, Diogo, que chegava de sua caminhada vespertina. Após uma acalorada discussão e passada uma semana, Diogo ajuíza ação de indenização por danos morais, indicando, na inicial, que não tem interesse em realizar qualquer acordo com a parte ré. Nesse caso, a audiência de conciliação e mediação:
 - a) Acontecerá de qualquer maneira, pois o CPC/15 estimula a consensualidade de forma prioritária;
 - b) Não ocorrerá, já que uma das partes demonstrou seu desinteresse;
 - c) Só ocorrerá se Franklyn se manifestar indicando que pretende fazer um acordo;
 - d) Só deixará de ocorrer se Franklyn também se manifestar no sentido da falta de interesse na autocomposição.

- 4) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, João, de 11 anos, e seus irmãos, Pedro, de 12 anos, e Henrique, de 15 anos são:
 - a) Todos adolescentes;
 - b) Criança, criança e adolescente, respectivamente;
 - c) Criança, adolescente e adolescente, respectivamente;
 - d) Todos crianças.

- 5) Em uma obrigação solidária, com um credor e vários devedores:
 - a) O credor pode cobrar de qualquer um deles, e, quem pagar, deve suportar esse ônus, nada podendo fazer a respeito dos demais;

- b) O credor tem que cobrar, obrigatoriamente, daquele que contraiu a dívida consigo;
 - c) O credor pode cobrar de qualquer um deles, e, quem pagar, pode cobrar dos demais as respectivas partes na dívida, em ação de regresso;
 - d) O credor tem que esperar que um dos devedores pague, espontaneamente, a dívida.
- 6) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:
- a) Os menores de 16 anos;
 - b) Os ébrios habituais;
 - c) Os viciados em tóxico;
 - d) Os pródigos.
- 7) Gustavo, representado por sua mãe, Cláudia, ingressa em juízo em face de seu pai, Marcelo, pedindo alimentos. Nessa ação:
- a) Se já tiverem decorrido mais de 2 anos, contados da data em que seu pai se separara da sua mãe, não poderá cobrar qualquer valor;
 - b) Poderá cobrar todo o valor devido desde seu nascimento ou estabelecer pensão mensal;
 - c) Poderá cobrar os valores devidos nos últimos 2 anos e estabelecer pensão mensal;
 - d) Não poderá cobrar qualquer valor passado, apenas pensão mensal.
- 8) São hipóteses de resposta do réu à petição inicial:
- a) Contestação e apelação;
 - b) Contestação e agravo de instrumento;
 - c) Revelia e agravo de instrumento;
 - d) Contestação e reconvenção, ainda que na mesma peça.

Questão discursiva:

Escolha uma dentre as seguintes alternativas e diferencie seus elementos:

- (i) prescrição e decadência;
- (ii) boa-fé objetiva e boa-fé subjetiva;
- (iii) competência absoluta e relativa;
- (iv) preclusão e coisa julgada.

BANCA: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

1. De acordo com o entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, marque a alternativa correta em relação à aplicação da pena:
 - a) No concurso de agravantes e atenuantes, a reincidência deve sempre preponderar sobre a atenuante da confissão.
 - b) O réu passa a ser considerado reincidente com a publicação da sentença condenatória, ainda que pendente de recurso.
 - c) Quando a confissão for utilizada para a formação do convencimento do julgador, o réu fará jus à atenuante da confissão.
 - d) As agravantes podem resultar em uma pena superior ao máximo previsto em lei.

2. Em relação aos delitos patrimoniais, assinale a alternativa certa:
- Nos crimes de furto, se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode diminuir a pena, substituir a pena de reclusão pela de detenção ou aplicar somente a pena de multa, no chamado “furto privilegiado”.
 - Para a consumação do delito de furto, não é necessário que o agente permaneça com a *res* em seu poder, bastando o mero contato físico com a intenção de subtrair.
 - Nos crimes de roubo, o regime inicial para cumprimento é, obrigatoriamente, o fechado, em razão da gravidade do crime.
 - É impossível o reconhecimento da insignificância nos delitos de furto, uma vez que a pena mínima prevista para este crime é superior a um ano de reclusão.
3. Sebastiana, pessoa muito humilde e analfabeta, a pedido de um amigo de seu filho Pedro, que está preso, leva no sábado, dia de visita à Penitenciária na qual Pedro encontra-se detido, uma caixa com cápsulas que acredita ser de remédios, acompanhada de um papel que acreditava ser uma receita médica. No entanto, em verdade, continham Cloridrato de Cocaína em seu interior. Maria Carolina, esposa de José Roberto, em visita na mesma Unidade Prisional, esconde um pequeno tablete de maconha em um dos recipientes com comida que levava consigo. Tal fato se deu em razão de ter sido procurada por “Pipoco”, chefe do tráfico na localidade em que reside, o qual afirmou que o transporte da droga para a prisão seria indispensável para a quitação de uma antiga dívida de José Roberto e, caso se negasse a levar a substância, José e seus filhos seriam assassinados. Considerando apenas as informações narradas, levando em conta que ambas as substâncias foram descobertas por agentes penitenciários, o Defensor Público, na defesa das réis, denunciadas por tráfico de drogas, deverá alegar em favor de Sebastiana e Maria Carolina, respectivamente, a ocorrência de
- erro de tipo e coação física irresistível
 - erro de proibição e erro de tipo
 - erro de tipo e coação moral irresistível
 - erro de proibição e estado de necessidade
4. Paulo, jovem de 18 anos, primário e de bons antecedentes, indiciado pelo delito de receptação simples, previsto no art. 180, CP, após ter sido abordado em uma “blitz” dirigindo um veículo objeto de roubo, teve sua prisão em flagrante convertida em preventiva na audiência de custódia, sob o argumento de que seria fundamental a prisão para a instrução criminal, na qual o acusado deveria ser submetido a reconhecimento pela vítima para que se pudesse apurar a autoria do roubo. Oferecida denúncia pelo Ministério Público e distribuído o processo para uma das Varas Criminais da Comarca da Capital, o Defensor Público em atuação no respectivo órgão, após ser procurado pela mãe de Paulo e reunir comprovante de residência, declaração de trabalho como servente de pedreiro e a Folha de Antecedentes Criminais de Paulo, faz pedido de revogação da prisão preventiva ao juízo natural, que manteve a decisão proferida na audiência de custódia por seus próprios fundamentos. Ao tomar ciência da decisão, o Defensor deverá:
- Aguardar a instrução processual até a sentença, uma vez que a decisão de

- manutenção da prisão não poderá ser impugnada por qualquer recurso ou ação autônoma.
- b) Impetrar habeas corpus junto ao Tribunal de Justiça, diante da manifesta ilegalidade da prisão.
 - c) Interpor recurso em sentido estrito.
 - d) Apresentar agravo de instrumento em face da decisão.
5. O prazo decadencial para oferecimento de queixa-crime é de:
- a) Um mês a partir da data do fato;
 - b) No mesmo prazo em que prescreve o delito;
 - c) Seis meses contados da data do fato ou a partir do momento em que a vítima toma conhecimento da autoria do delito;
 - d) Um ano a partir do momento em que a vítima tomar conhecimento do fato ou da autoria do delito
6. A transação penal é cabível:
- a) Nos delitos cuja pena mínima seja igual ou inferior a um ano;
 - b) Nos delitos cuja pena máxima seja igual ou inferior a um ano;
 - c) Nos delitos cuja pena máxima seja igual ou inferior a dois anos;
 - d) Somente nos delitos em que se proceda mediante queixa.
7. É correto afirmar que:
- a) O regime integralmente fechado é aplicável aos condenados pela prática de crimes hediondos;
 - b) É possível iniciar o cumprimento da pena de detenção em regime fechado;
 - c) O juiz pode justificar o estabelecimento de um regime mais gravoso de cumprimento de pena com base na gravidade abstrata do delito;
 - d) É cabível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos nos crimes hediondos.
8. Márcio roubou um carro com o emprego de uma arma que, na verdade, não estava funcionando, pois tinha o tambor quebrado. Mesmo assim, apontou o revólver para o motorista e determinou que o mesmo saísse do veículo, sem reagir e o ameaçando com muitos gritos, levando o mesmo. Ele foi preso em flagrante dez horas depois, mas nenhuma arma foi encontrada em seu poder. O Ministério Público ofereceu denúncia pela prática de roubo majorado pelo emprego de arma, em razão do depoimento da vítima em sede policial, que afirmava ter sido utilizado um revólver na ação. Em relação a tal fato, o defensor público que patrocinar os interesses de Márcio deverá sustentar que:
- a) É indispensável a prova pericial no revólver para que seja configurada a majorante do emprego de arma;
 - b) Se não houver o exame pericial na arma, o réu deverá ser absolvido não apenas da majorante, mas do roubo;
 - c) O flagrante é nulo devido à falta de apreensão da arma;
 - d) Há, em verdade, delito de furto, em razão da não apreensão do revólver pela descaracterização da majorante do emprego de arma.

Questão discursiva

Escolha uma das hipóteses de concurso de crimes e discorra sobre a mesma.

BANCA: CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS

1 - Sobre a disciplina dos direitos fundamentais, marque a **assertiva correta**:

- a) o direito à assistência jurídica integral é gratuita prestada pelo Estado é garantido de forma universal;
- b) é reconhecida a competência do tribunal do júri para o julgamento de crimes contra a vida;
- c) o brasileiro naturalizado pode ser extraditado;
- d) a inviolabilidade do domicílio pode ser excepcionada por razões de interesse público.

2 - Sobre os direitos humanos marque a **assertiva incorreta**:

- a) o caráter universal dos direitos humanos assegura a máxima proteção da pessoa humana de forma homogênea e universal;
- b) a Defensoria Pública é a instituição constitucionalmente encarregada da proteção dos direitos humanos;
- c) todos os tratados que versem sobre direitos humanos têm eficácia de emenda constitucional;
- d) é chamado de controle de convencionalidade a verificação da pertinência entre os atos normativos internos e os tratados internacionais.

3 - Sobre a organização do estado brasileiro é incorreto afirmar:

- a) o Brasil adota o modelo republicano e a forma federativa de governo;
- b) a Constituição prevê os níveis federativos com a adequada repartição de competências e autonomia;
- c) quem representa o país no plano internacional é a União Federal;
- d) admite-se a criação de territórios que integram a União Federal.

4 – Sobre a organização das funções essenciais à justiça e do Poder Judiciário, marque a assertiva correta:

- a) a Defensoria Pública é um órgão do Poder Executivo;
- b) a Constituição permite que o Ministério Público possa representar pessoas hipossuficientes economicamente;
- c) o Ministério Público é órgão do Poder Judiciário;
- d) Os Juizados Especiais Criminais são órgãos competentes para infrações de menor potencial ofensivo assim definidas em lei.

Questão discursiva:

Disserte sobre o controle concentrado de constitucionalidade, informando o seu modo, momento, características e órgão responsável.